



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3287

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Orçamento

Autoria: Executivo Municipal

Data: 24/10/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/1991. Estima a receita e fixa a despesa do município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1992. (Referente à Lei nº 2.003, de 26/12/1991).

Controle Interno – Caixa: 18.1 **Posição:** 06 **Número de folhas:** 11

Observação: A descrição orçamentária encontra-se no arquivo físico. Trata-se de anexo contendo 137 páginas. Disponível para pesquisa *in loco*.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1992.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - O orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1992, estima a receita em CR\$ 42.981.819.200,00 (Quarenta e Dois Bilhões, Novecentos e Oitenta e Um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros), sendo CR\$ 38.000.000.000,00 (Trinta e Oito Bilhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$.... 4.981.819.200,00 (Quatro Bilhões, Novecentos e Oitenta e Um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros) para a Administração Indireta.

Art. 2º - A receita será realizada na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos :

a) Administração Direta	<u>CR\$ 38.000.000.000,00</u>
1-Receitas Correntes	<u>CR\$ 29.700.000.000,00</u>
1.1.Receitas Tributárias	CR\$ 3.000.000.000,00
1.2.Receita Patrimonial	CR\$ 450.000.000,00
1.3.Receita Industrial	CR\$ 60.000.000,00
1.4.Receita de Serviços	CR\$ 150.000.000,00
1.5.Transf. Correntes	CR\$ 24.720.000.000,00
1.6.Outras Rec.Correntes	CR\$ 1.020.000.000,00

2-Receitas de Capital CR\$ 8.300.000.000,00

2.1.Operações de Crédito CR\$ 8.000.000.000,00

2.2.Alienação de Bens CR\$ 10.000.000,00

2.3.Transf. de Capital CR\$ 290.000.000,00

b) Administração Indireta CR\$ 4.981.819.200,00

Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB Discriminado conforme orçamento anexo.

Art. 3º - O Orçamento para o exercício de 1992 fixa a despesa em CR\$ 42.981.819.200,00 (Quarenta e Dois Bilhões, Novecentos e Oitenta e Um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros), sendo CR\$ 38.000.000.000,00 (Trinta e Oito Bilhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$ 4.981.819.200,00 (Quatro Bilhões, Novecentos e Oitenta e Um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros) para a Administração Indireta.

Art. 4º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente lei que apresentam a composição por função, órgão, categorias e programação, categorias econômicas, conforme o seguinte desdobramento :

a) Administração Direta..... CR\$ 38.000.000.000,00

1-Funções e Órgãos:

1.1.Legislativa.....CR\$ 1.211.800.000,00

Câmara MunicipalCR\$ 1.211.800.000,00

1.2.JudiciáriaCR\$ 174.100.000,00

Procuradoria e Consultoria Jurídica.....CR\$ 174.100.000,00

1.3.Administração e PlanejamentoCR\$ 7.016.050.000,00

Gabinete do Prefeito CR\$ 254.000.000,00

Secretaria de Governo CR\$ 362.400.000,00

Procuradoria e Consultoria Jurídica CR\$ 325.000.000,00

5

Auditoria Geral.....	CR\$	26.400.000,00
Secretaria de Planeja- mento e Coordenação	CR\$	553.000.000,00
Secretaria de Adminis- tração.....	CR\$	3.400.600.000,00
Secretaria de Fazenda	CR\$	1.675.100.000,00
Secretaria de Servi- ços Urbanos	CR\$	169.500.000,00
Secretaria de Desen- volvimento Econômico	CR\$	117.300.000,00
Secretaria de Ação - Social	CR\$	89.100.000,00
1.4. Agricultura	CR\$	493.600.000,00
Secretaria de Desen- volvimento Econômico	CR\$	493.600.000,00
1.5. Educação e Cultura	CR\$	8.766.400.000,00
Secretaria de Educação	CR\$	7.500.000.000,00
Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turis- mo	CR\$	1.266.400.000,00
1.6. Habitação e Urbanismo	CR\$	2.393.510.000,00
Secretaria de Servi- ços Urbanos.....	CR\$	2.098.500.000,00
Secretaria de Obras	CR\$	10.000,00
Secretaria de Ação So- cial	CR\$	295.000.000,00
1.7. Indústria, Comércio e Serviços	CR\$	82.400.000,00
Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turis- mo.....	CR\$	82.400.000,00
1.8. Transportes	CR\$	3.028.000.000,00
Planejamento e Coorde- nação.....	CR\$	1.720.000.000,00
Secretaria de Serviços urbanos	CR\$	1.308.000.000,00
1.9. Saúde e Saneamento ...	CR\$	12.171.450.000,00
Secretaria de Planeja- mento e Coordenação...	CR\$	9.570.050.000,00
Secretaria Serviços - Urbanos	CR\$	134.000.000,00

Secretaria de Saúde..... CR\$ 2.467.400.000,00

1.10. Assistência e Previdência Social..... CR\$ 2.662.690.000,00

Secretaria de Administração..... CR\$ 1.703.300.000,00

Secretaria de Ação Social..... CR\$ 959.390.000,00

b) Administração Indireta..... CR\$ 4.981.819.200,00

Empresa Municipal de Serviços,
Obras e Urbanização/ESURB. Discriminado conforme Orçamento-anexo..... CR\$ 4.981.819.200,00

Art. 5º - Ficam fazendo parte integrante desta lei os quadros anexos.

Art. 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa fixada nesta lei, utilizando os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme disposto no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal número - 4.320/64.

Art. 7º - Durante a execução orçamentária fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, utilizando recursos provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, nos termos do Art. 165, § 8º e Art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 9º - O repasse de recursos de dotações referentes a Transferências Intragovernamentais, e a Instituições Privadas, constantes deste Orçamento, dependerão de autorização legislativa, ressalvadas aquelas já definidas e especificadas nos quadros de Detalhamento de Despesas.

Art. 10º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a


7
execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 1992, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e neste Orçamento.

Art. 11º - Esta Lei vigorará durante o exercício de 1992.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento desta lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão integralmente, como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de setembro de 1991


Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI No.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Montes Claros para o exercício financeiro de 1992.

A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - O orçamento do Município de Montes Claros, para o exercício financeiro de 1992 estima a receita em CR\$ 42.981.819.200,00 (Quarenta e Dois Bilhões, Novecentos e Oitenta e um Milhões, Oitocentos e Dezenove mil e Duzentos Cruzeiros), sendo CR\$ 38.000.000.000,00 (Trinta e Oito Bilhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$ 4.981.819.200,00 (Quatro Bilhões, Novecentos e Oitenta e um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros) para a Administração indireta.

Art. 2o - A receita será realizada na forma da legislação em vigor, obedecendo os seguintes desdobramentos:

a) Administração DiretaCR\$ 38.000.000.000,00

1 - Receitas CorrentesCR\$ 29.700.000.000,00

1.1 - Receitas TributáriasCR\$ 3.000.000.000,00

1.2 - Receita PatrimonialCR\$ 450.000.000,00

1.3 - Receita IndustrialCR\$ 60.000.000,00

1.4 - Receita de ServiçosCR\$ 150.000.000,00

1.5 - Transf. CorrentesCR\$ 24.720.000.000,00

1.6 - Outras Receita CorrentesCR\$ 1.020.000.000,00

2 - Receitas de CapitalCR\$ 8.300.000.000,00

2.1 - Operações de CréditoCR\$ 8.000.000.000,00

2.2 - Alienação de BensCR\$ 10.000.000,00

2.3 - Transf. de CapitalCR\$ 290.000.000,00

b) Administração IndiretaCR\$ 4.981.819.200,00

Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento anexo.

Art. 3o. - O orçamento para o exercício de 1992 fixa a despesa em CR\$ 42.981.819.200,00 (Quarenta e Dois Bilhões, Novecentos e Oitenta e um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros), sendo CR\$ 38.000.000.000,00 (Trinta e Oito Bilhões de Cruzeiros) para a Administração Direta e CR\$ 4.981.819.200,00 (Quatro Bilhões, Novecentos e Oitenta e um Milhões, Oitocentos e Dezenove mil e Duzentos Cruzeiros) para a Administração Indireta.

Art. 4o - A despesa será realizada segundo a discriminação dos anexos da presente lei que apresentam a composição por função, órgão, categorias e programação, categorias econômicas, conforme o seguinte desdobramento:

a) Administração Direta.....CR\$ 38.000.000.000,00

1 - Funções e Órgãos:

1.1 - Legislativa.....CR\$ 1.211.800.000,00

Câmara Municipal.....CR\$ 1.211.800.000,00

1.2 - Judiciária.....CR\$ 174.100.000,00

Procuradoria e Consultoria Jurídica.....CR\$ 174.100.000,00

1.3 - Administração e Planejamento.....CR\$ 7.016.050.000,00

Gabinete do Prefeito.....CR\$ 254.000.000,00

Secretaria de Governo.....CR\$ 362.400.000,00

Procuradoria e Consultoria Jurídica.....CR\$ 325.000.000,00

Auditoria Geral.....CR\$ 26.400.000,00

Secretaria de Planejamento e Coordenação.....CR\$ 553.000.000,00

Secretaria de Administração.....CR\$ 3.400.600.000,00

Secretaria de Fazenda.....CR\$ 1.675.100.000,00

Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$ 169.500.000,00

Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....CR\$ 117.300.000,00

Secretaria de Ação Social.....CR\$ 89.100.000,00

1.4 - Agricultura.....CR\$ 493.600.000,00

Secretaria de Desenvolvimento Econômico.....CR\$ 493.600.000,00

1.5 - Educação e Cultura.....CR\$ 8.766.400.000,00

Secretaria de Educação.....CR\$ 7.500.000.000,00

Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo...CR\$ 1.266.400.000,00

1.6 - Habitação e Urbanismo.....CR\$ 2.393.510.000,00

Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$ 2.090.500.000,00

Secretaria de Obras.....CR\$ 10.000,00

Secretaria de Ação Social.....CR\$ 295.000.000,00

1.7 - Indústria, Comércio e Serviços.....CR\$	82.400.000,00
Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo...CR\$	82.400.000,00
1.8 - Transportes.....CR\$	3.028.000.000,00
Planejamento e Coordenação.....CR\$	1.720.000.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$	1.308.000.000,00
1.9 - Saúde e Saneamento.....CR\$	12.171.450.000,00
Secretaria de Planejamento e Coordenação.....CR\$	9.570.050.000,00
Secretaria de Serviços Urbanos.....CR\$	134.000.000,00
Secretaria de Saúde.....CR\$	2.467.400.000,00
1.10- Assistência e Previdência Social.....CR\$	2.662.690.000,00
Secretaria de Administração.....CR\$	1.703.300.000,00
Secretaria de Ação Social.....CR\$	959.390.000,00
b) Administração Indireta.....CR\$	4.981.819.200,00
Empresa Municipal de Serviços, Obras e Urbanização - ESURB. Discriminado conforme orçamento anexo.	
TOTAL.....CR\$	4.981.819.200,00

Art. 5o - Ficam fazendo parte integrante da presente lei os quadros anexos.

Art. 6o - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 30% (Trinta por Cento) da Despesa fixada nesta Lei, utilizando os recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme o disposto no art. 43, § 1o, inciso III, da Lei Federal número 4.320/64.

Art. 7o - Durante a execução orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, utilizando recursos provenientes de excesso de arrecadação, de acordo com o art. 43, § 1o, inciso II, da Lei Federal número 4.320/64.

Art. 8o - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito, nos termos do art. 165, § 8o e art. 167, inciso III da Constituição Federal.

Art. 9o - O repasse dos recursos de dotações referentes a Transferências Intragovernamentais, e a Instituições Privadas, constantes deste orçamento, dependerão de autorização legislativa, ressalvadas aquelas já definidas e especificadas nos Quadros de Detalhamento de Despesas.

Art. 10o - O Poder Executivo, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação, acompanhará a execução orçamentária, atentando para o cumprimento das metas estabelecidas para o exercício de 1992 no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e neste Orçamento.

Art. 11o - Esta Lei vigorará durante o exercício de 1992.

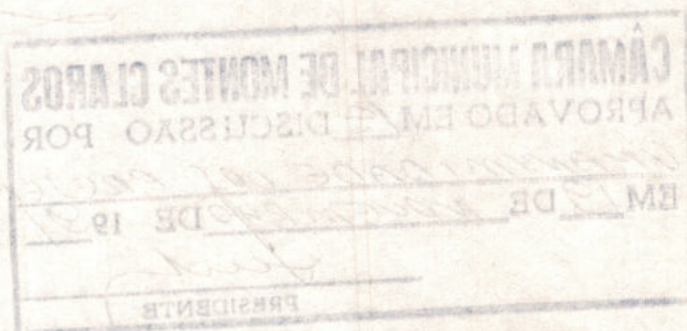
Art. 12o - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e cumprimento desta lei pertencerem, que a cumpram e a facam cumprir, tão integralmente, como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de Setembro de 1991.

Mário Ribeiro da Silveira

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS
E ORÇAMENTO.
EM 24 DE 10 DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

Somos pela aprovação com emendas

[Signature] [Signature]
[Signature] [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
UNANIMIDADE DOS PRESENTES.
EM 19 DE NOVEMBRO DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
COM EMENDAS
EM 26 DE NOVEMBRO DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
[Signature]
EM 28 DE NOVEMBRO DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A SANÇÃO
EM 28 DE NOVEMBRO DE 1991
[Signature]
PRESIDENTE

Montes Claros, 30 de Setembro de 1991.

Ofício No.: GP 338/91

Senhor Presidente,

Tenho a grata satisfação de encaminhar à V.Exa., para exame e deliberação dessa egrégia Câmara Municipal, projeto de Lei que estabelece a previsão da Receita e fixa Despesa do Município de Montes Claros para o exercício de 1992.

A proposta de Lei que ora submetemos a essa casa legislativa estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1992 em Cr\$ 42.981.819.200,00 (Quarenta e Dois Bilhões, Novecentos e Oitenta e um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros), dos quais Cr\$ 38.000.000.000,00 (Trinta e Oito Bilhões de Cruzeiros) destinados à Administração Direta e Cr\$ 4.981.819.200,00 (Quatro Bilhões, Novecentos e Oitenta e um Milhões, Oitocentos e Dezenove Mil e Duzentos Cruzeiros) à Administração Indireta.

Cumprir destacar que a Proposta Orcamentária foi elaborada de conformidade com a legislação aplicável à matéria, abrangendo os dispositivos constitucionais, a Lei de Diretrizes Orcamentárias, a Lei No. 4.320/64 e a Lei Orgânica do Município.

A metodologia adotada para elaboração da presente proposta considerou o seguinte:

- a) As Receitas e Despesas foram orçadas segundo os preços vigentes em Julho de 1991;
- b) Estimou-se uma variação de preços para o período Julho a Dezembro de 1991, bem como para o exercício de 1992, da ordem de 12,18% ao mês.
- c) O Índice de variação de preços fundamenta-se na análise do comportamento do índice de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - IPC/FIPE, bem como do comportamento da Receita realizada pelo Município, no período que compreende o primeiro semestre de 1991.
- d) Todos os segmentos da Administração Direta, Administração Indireta e Poder Legislativo participaram na elaboração da proposta orçamentária através do encaminhamento de programas e projetos.

Importante ressaltar que foram priorizadas as obras e serviços de interesse da população, considerando sempre a realidade do Município, bem como a possibilidade de cumprir, criteriosamente, o plano previsto.

Acreditando que a Proposta Orcamentária que encaminhamos à V.Exa. será aprovada sem restrições, eis que elaborada em consonância com os ditames constitucionais e legais, apresentamos-lhe e a seus dignos pares, os protestos de elevado respeito.

Cordialmente,


Mário Roberto da Silveira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
Ivan José Lopes
MD Presidente da Câmara Municipal de
Montes Claros - MG
NESTA.